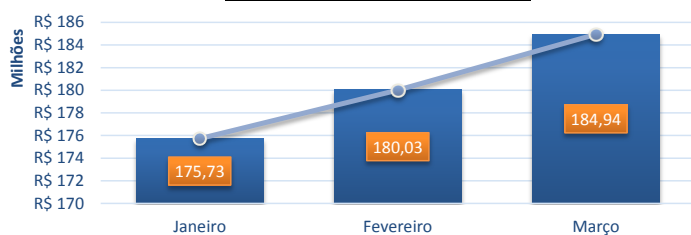




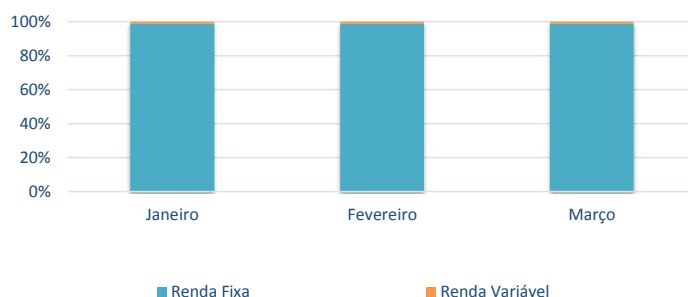
Relatório de Acompanhamento da Carteira de Investimentos

Março De 2015

Evolução do Patrimônio no Ano



Distribuição por Segmento no Ano



Enquadramento Legal - Resolução CMN n.º 3.922/10

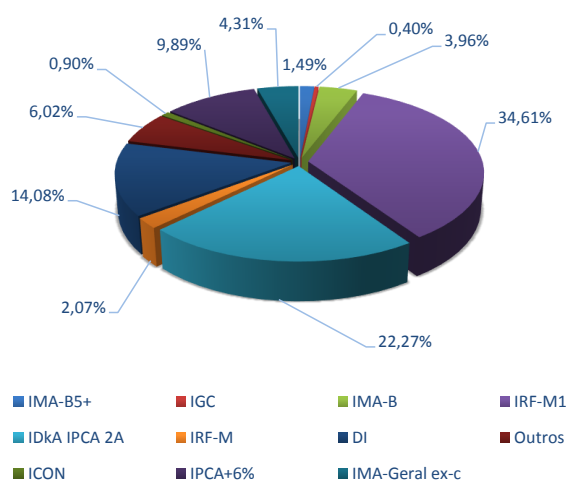
Enquadramento Legal - Resolução CMFV n.º 15/2017					Rentabilidade do Fundo			Risco	
Tipo Fundo	Fundo de Investimento	Enquadramento	Limites Legais por fundo	% da Carteira	mar-15	2015	12 Meses	V@R¹	Volatilidade²
b) Renda Fixa									
IPCA+6%	BB IPCA III FI RF PREVID CRÉDITO PRIVADO	Art. 7º Inciso VII b	5%	3,11939%	-0,01%	3,66%	14,12%	2,67%	5,61%
IDKa IPCA 2A	BB PREVIDENCIÁRIO RF IDKA 2 TP FI	Art. 7º Inciso I b	100%	22,27084%	0,94%	4,15%	12,71%	0,78%	1,64%
IMA-B5+	BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5+ TP FI	Art. 7º Inciso I b	100%	1,48811%	-1,04%	2,79%	17,52%	5,56%	11,71%
IMA-B	BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA-B TP FI	Art. 7º Inciso I b	100%	3,95940%	-0,33%	3,26%	15,13%	3,79%	7,98%
IRF-M1	BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF M1 TP FIC	Art. 7º Inciso I b	100%	30,21871%	0,89%	2,62%	10,70%	0,30%	0,63%
IRF-M	BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M TP FI	Art. 7º Inciso I b	100%	2,06674%	-0,08%	1,93%	10,51%	2,03%	4,28%
IMA-Geral ex-c	BB PREV. RF IMA GERAL EX-C TP FI	Art. 7º Inciso I b	100%	4,30796%	0,08%	2,58%	12,30%	2,18%	4,59%
DI	BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL FIC	Art. 7º Inciso IV a	20%	12,07202%	1,04%	2,84%	11,47%	0,03%	0,07%
IPCA+6%	BB RPPS I FI RF IPCA CRÉDITO PRIV.	Art. 7º Inciso VII b	5%	0,83855%	0,89%	4,24%	14,49%	0,73%	1,53%
IPCA+6%	BB TP IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Art. 7º Inciso IV a	20%	5,93192%	2,06%	5,09%	14,66%	0,14%	0,30%
Outros	BB TP VIII FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Art. 7º Inciso IV a	20%	6,02471%	0,16%	2,27%	10,83%	1,88%	3,95%
DI	CAIXA BRASIL FI REF DI LP	Art. 7º Inciso IV a	20%	2,00576%	1,04%	2,82%	11,33%	0,01%	0,03%
IRF-M1	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	Art. 7º Inciso I b	100%	4,39571%	0,89%	2,68%	10,88%	0,30%	0,62%
Total em Renda Fixa				98,70%					
b) Renda Variável									
ICON	BB AÇÕES CONSUMO FIC	Art. 8º Inciso III	15%	0,89545%	0,98%	1,62%	15,41%	7,36%	15,50%
IGC	BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES GOVERNANÇA FI	Art. 8º Inciso III	15%	0,40473%	0,41%	1,50%	5,58%	9,27%	19,52%
Total em Renda Variável				1,30%					

* As informações desses fundos (rentabilidade, VaR e volatilidade) foram extraídas do software Quantum Axis, calculado com base nos últimos doze meses.

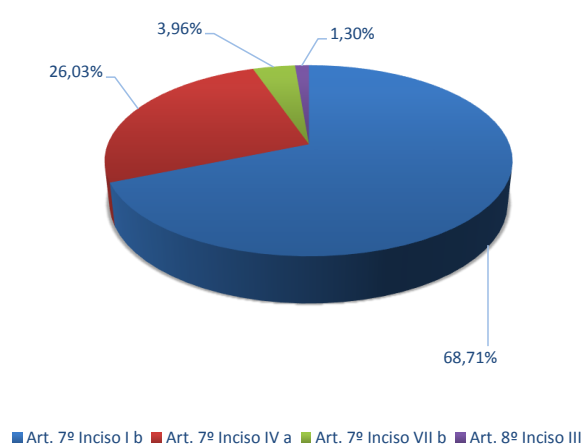
¹ A medida de risco do fundo utilizada é o V.A.R. - Value at Risk, que indica a maior perda esperada com base em simulação histórica, para o intervalo de 1 (um) dia e nível de confiança de 95%. É expresso em % sobre o Patrimônio Líquido do fundo. Ex.: para cada R\$ 1 milhão aplicado em um fundo com VaR igual a 0,10%, a perda máxima esperada para 1 dia é de R\$ 1 mil.

² Volatilidade: A volatilidade é uma medida de risco dos fundos. Formalmente, a volatilidade de um fundo é o desvio padrão da série de retornos do mesmo. Quanto maior a volatilidade de um fundo, maior o seu risco.

Distribuição por Parâmetro de Rentabilidade

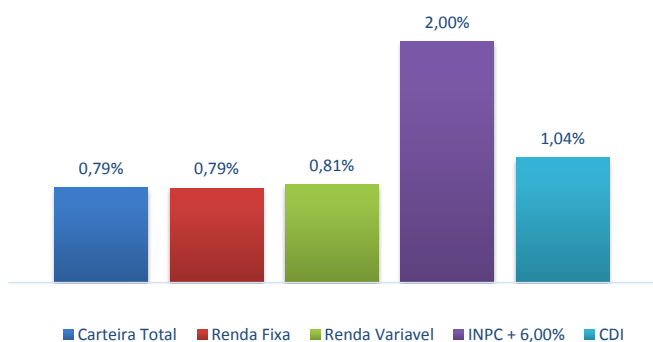


Distribuição por Enquadramento Legal

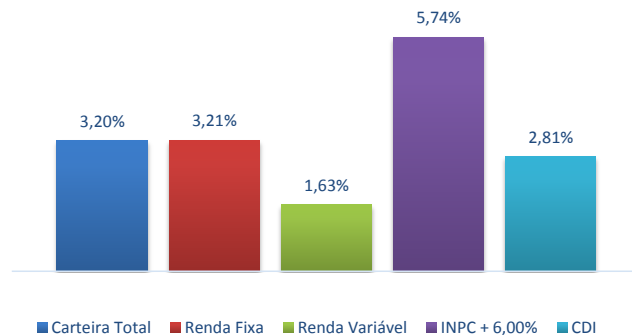


Rentabilidade da Carteira Total comparada com as Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e Meta Atuarial

Março De 2015

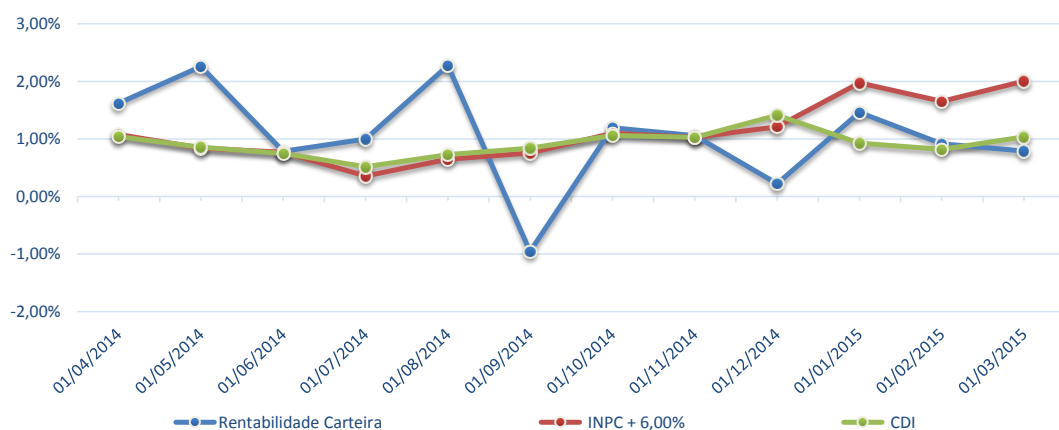
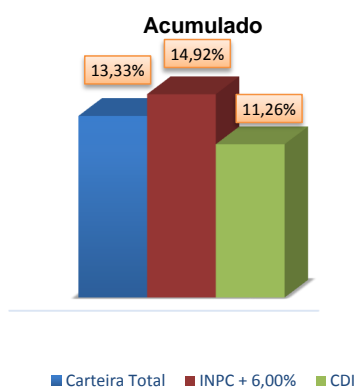


Em 2015

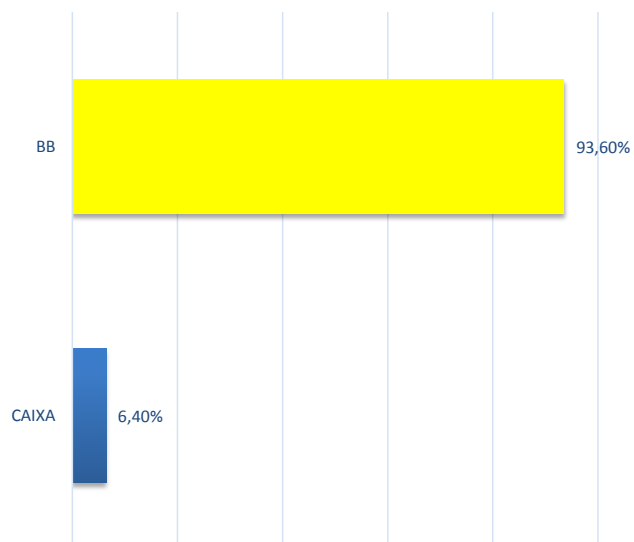


Rentabilidade da Carteira x Meta Atuarial no ano

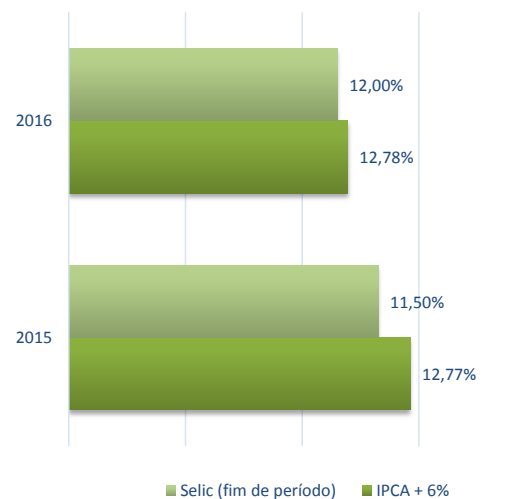
Acumulado



Total por Instituição Financeira

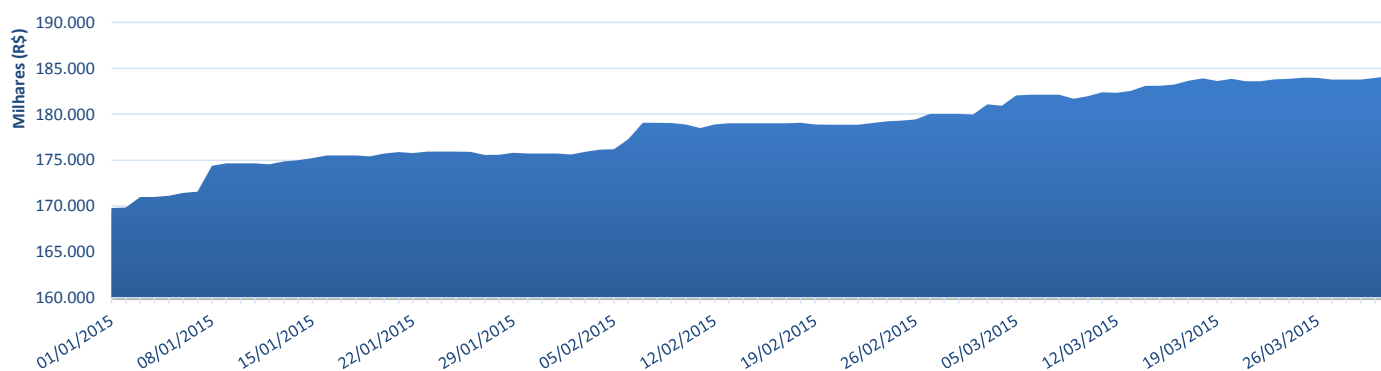


Projeção de Indicadores de Mercado

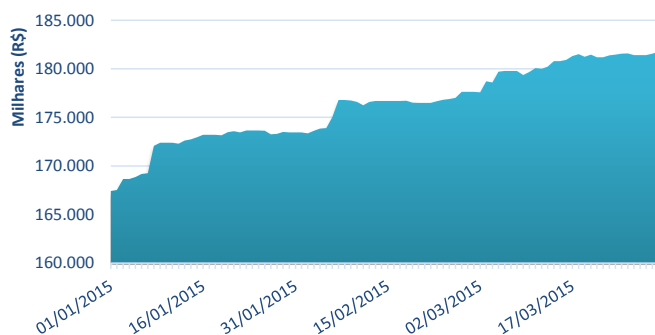


Fonte: Relatório Focus Banco Central - 27/03/2015

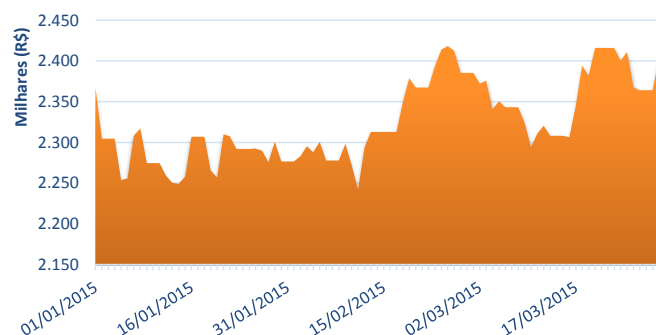
Evolução do Patrimônio Líquido no Ano - (em valores diários)



Evolução dos Investimentos em Renda Fixa no Ano

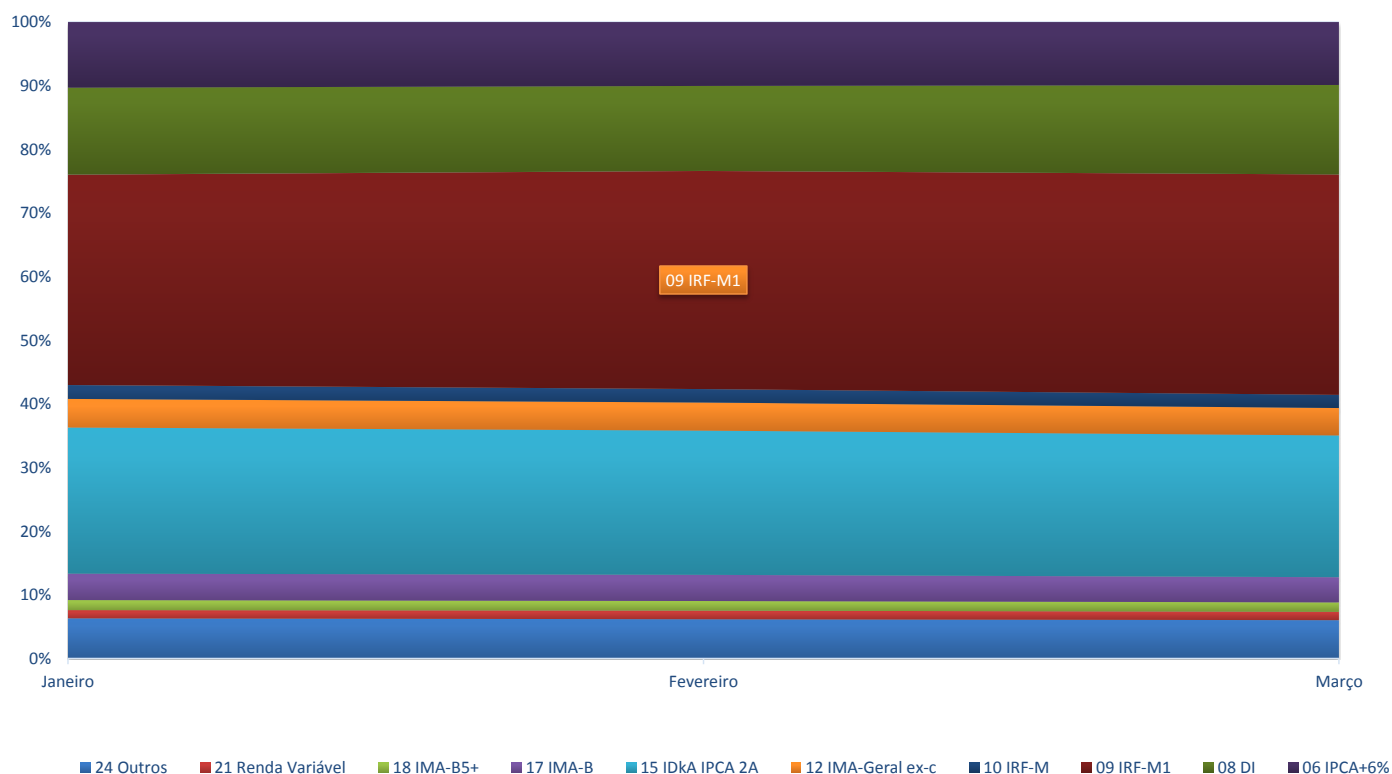


Evolução dos Investimentos em Renda Variável no Ano



Retorno dos Indicadores					
INDICADORES	Rentabilidade em Março	Rentab Trimestre	Rentab. Semestre	Rentabilidade em 2015	Rentab. 12 Meses
CDI	1,04%	2,81%	5,65%	2,81%	11,26%
IBOVESPA	-0,84%	2,29%	-5,48%	2,29%	1,46%
IBRX	-0,51%	2,38%	-4,90%	2,38%	1,69%
ICON	1,00%	1,68%	4,34%	1,68%	16,35%
IDIV	-4,14%	-6,20%	-23,34%	-6,20%	-20,86%
IDkA IPCA 2 Anos	1,13%	4,33%	6,27%	4,33%	13,10%
IDkA IPCA 20 Anos	-2,82%	0,97%	4,03%	0,97%	23,54%
IEE	3,71%	1,26%	-0,33%	1,26%	10,73%
IGC	0,41%	1,46%	-0,97%	1,46%	5,78%
IMA Geral ex-C	0,09%	2,68%	5,12%	2,68%	12,54%
IMA-B	-0,28%	3,38%	5,74%	3,38%	15,53%
IMA-B 5	1,03%	4,36%	6,49%	4,36%	13,15%
IMA-B 5+	-1,02%	2,83%	5,31%	2,83%	17,42%
INPC + 6,00%	2,00%	5,74%	8,94%	5,74%	14,92%
INPC	1,51%	4,21%	5,81%	4,21%	8,42%
IRF-M	-0,03%	2,05%	4,34%	2,05%	10,76%
IRF-M 1	0,93%	2,77%	5,42%	2,77%	11,13%
IRF-M 1+	-0,57%	1,64%	3,75%	1,64%	10,55%

Evolução da Carteira por Distribuição de Produtos



Considerações

No mês de março, a mudança de postura na condução da política monetária americana foi o evento mais importante, no cenário internacional. O FED deu um passo adicional em direção a normalização da política monetária ao eliminar sua estratégia de orientação futura, tornando-se cada vez mais dependente da agenda de dados a serem divulgados (emprego, inflação, atividade econômica, juros). As revisões das projeções desses indicadores feita pelo FOMC (Comitê de Política Monetária do FED) acabaram levando parte do mercado a acreditar que o início do aperto monetário será postergado, o que acabou favorecendo, na segunda quinzena do mês, o fluxo de capitais para economias emergentes. A agenda de dados dos EUA revelou-se mista no mês de março, ao contrário dos dados divulgados na Europa, que revelaram-se mais positivos e favoreceram os mercados da região. No início do mês, um acordo entre os credores europeus e a Grécia permitiu que o programa de assistência financeira ao país fosse estendido por mais quatro meses, o que favoreceu as bolsas europeias, que fecharam o mês acumulando a terceira alta consecutiva. Entre as economias emergentes, sinais mais evidentes da desaceleração chinesa surgiram. O PMI industrial recuou para baixo de 50 pontos e reportou queda nos lucros corporativos.

No Brasil, o IBGE divulgou um crescimento de 0,3% no 4º tri/14 ante o período imediatamente anterior, ritmo que não reflete a real força da economia doméstica. A maior parte dos dados domésticos, seguem mostrando uma economia em ritmo bastante lento, com redução dos níveis de confiança dos agentes econômicos. A produção industrial doméstica de fevereiro recuou 0,9% ante janeiro na série com ajuste sazonal. Ante o mesmo período do ano anterior, houve queda de 9,1%, mais intenso recuo nesta medição desde julho de 2009. O detalhamento dos dados foi bastante desfavorável, nenhuma categoria de uso registrou avanço em fevereiro: a maior queda foi da indústria de bens de capital (-4,1%), que contraiu em nove dos últimos doze meses. A indústria de bens intermediários recuou 0,1% e o setor de bens de consumo completou a quinta queda consecutiva (-0,4%). O IPCA de março foi de 1,32%, sendo que nos primeiros três meses do ano a inflação acumulado foi de 3,83%. Essa é a maior variação trimestral desde 2003. Em doze meses, a inflação ficou em 8,13% de 7,70% em fevereiro. O fato marcante da inflação nesse início de ano continua sendo o comportamento dos itens administrados (gasolina, energia elétrica e ônibus urbano) que já subiram 8,45% no período. Vale ressaltar que essa será a dinâmica da inflação em 2015, com forte elevação dos preços administrados (acima de 10%). Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego no Brasil (de acordo com o IBGE) subiu de 5,3% para 5,9%. No que se refere aos salários, o rendimento real do trabalhador configurou a primeira queda real (-0,5%) na variação anual desde outubro de 2011. Considerando as contas externas, o balanço de pagamentos registrou superávit de US\$ 1 bilhão em fevereiro. As transações correntes foram deficitárias em US\$ 6,9 bilhões, acumulando um saldo negativo de US\$ 89,9 bilhões, equivalente a 4,22% do PIB. A dívida pública mobiliária interna (fora do BACEN), totalizou R\$ 2.213,4 bilhões em fevereiro (42,8% do PIB), registrando acréscimo de R\$ 75,4 bilhões em relação ao mês anterior. A participação por indexador registrou a seguinte evolução, em relação a janeiro: a porcentagem dos títulos indexados ao câmbio passou de 0,4% para 0,5%, vinculados a SELIC elevou-se de 14,3% para 14,7%, devido as emissões líquidas de LFT, a dos títulos prefixados evoluiu de 28,4% para 29,5% em função de emissões líquidas de LTN e NTN-F e a dos títulos indexados a inflação reduziu de 26,8% para 26,5% devido aos resgates líquidos de NTN-B. Nesse ambiente de forte incerteza e dificuldades na condução do ajuste fiscal, o destaque ficou por conta da forte depreciação do real em meio a um ambiente de fortalecimento global do dólar.